

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata Reunião da Comissão de Política – Março/2021

1 Ata da reunião da Comissão de Política do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS,
2 realizada de forma virtual no dia 01 de março de 2021, as 14h, via plataforma digital SKYPE, com a presença
3 de conselheiros conforme lista abaixo e do Sr. Leandro Lapetina Freire e da Sra. Tainara Garrido Padula:

COMISSÃO II- POLÍTICA	GOVERNO	O. SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO
Rodrigo Salvador Lachi - SEDS	P	***	***	***
Paulo Roberto Paes Musa - SEMES	P	***	***	***
Renata de Souza - SEFIN	F	***	***	***
Maurício V. S. de Castro - SEDURB	F	***	***	***
Gláucia Cristina Silva de Oliveira - SESEG	P	***	***	***
Débora Mendes de Araujo Santos- SECULT	F	***	***	***
Clécia Maria Santos Franco - Cruzada	***	P	***	***
Carine Mostafa – Vidas Recicladas	***	P	***	***
Aurora Fernandez Rodrigues - FORTSUAS	***	***	P	***
Rayssa Ramos Barja	***	***	P	***
TOTAL	6	2	2	0

4 Sr. Leandro, Secretário Executivo - CMAS inicia a reunião, dando boa tarde aos presentes. Informa que como
5 itens de pauta estão a devolutiva sobre o processo de solicitação de inscrição da Organização Social Centro
6 de Desenvolvimento Social e de Capacitação Humana – HELPP; Eleição de nova coordenação da comissão;
7 Discussão sobre a forma de análise das revalidações junto ao CMAS. Sr. Rodrigo lembra que deve ser
8 incluído na pauta a discussão trazida em AGO pela Organização Social Legião da Boa Vontade com relação
9 a retomada das atividades coletivas de forma presencial e Sra. Rayssa pede a inclusão na pauta discussão
10 sobre a realidade vivenciada no serviço SEACOLHE-CA. Sra. Aurora questiona se a Secretaria Executiva tem
11 alguma sugestão com relação à forma de análise das revalidações. Sr. Leandro informa que entende que o
12 processo de revalidação não deve ter o mesmo sistema do ano passado, onde foi levantado o serviço que a
13 Organização executa, qual o embasamento teórico e a forma de atendimento. Para este ano, Sr. Leandro
14 aponta que entende que é necessário que as organizações sociais inscritas apontem como o trabalho se
15 desenvolveu no ano anterior devido a pandemia e qual a forma de organização para este ano. Antes de
16 continuar a discussão, Sr. Rodrigo entende que se faz necessário eleger a coordenação da comissão,
17 lembrando que trata-se de um processo regimental e lá consta os competes deste que deve ter o apoio da
18 secretaria executiva. Sr. Rodrigo pede para que os conselheiros presente se manifestem sobre a possibilidade
19 de assumir a coordenação. Sr. Leandro lembra que na última reunião a conselheira Sra. Carine se colocou à
20 disposição o que foi concordado com as conselheiras presente na reunião passada, tendo apenas sido pedido
21 que está decisão fosse deliberada nesta reunião. Sra. Rayssa aponta que foi coordenadora, mas como seu
22 mandato termina este ano, entende que seria mais proveitoso alguém que pudesse dar continuidade, sendo
23 assim concorda com a indicação da conselheira Sra. Carine. Todos os conselheiros presentes aprovam a

24 indicação. Na continuidade Sr. Leandro dá devolutiva sobre o processo da Organização Social HELPP
25 informando que a Coordenadoria da Mulher respondeu ao ofício encaminhado pelo CMAS apontado que tem
26 conhecimento do trabalho da organização social, mas que deve ficar a critério do CMAS o reconhecimento
27 da atuação no âmbito da Assistência Social. Informa que a SEDS também deu devolutiva informando que não
28 há nenhuma articulação com a referida organização social. Esclarece que a SEFIN também se manifestou
29 apontando algumas pendências da organização social para com o município no sentido de sua regularização.
30 Sra. Rayssa questiona se o CMAS de Praia Grande deu devolutiva. Sr. Leandro informa que não, assim como
31 o CMDCA e COMMULHER, para tal informa que serão reiterados esses ofícios. Por fim, Sr. Leandro informa
32 que está aguardando devolutiva dos questionamentos feitos a organização social quanto ao seu plano de
33 trabalho, sendo assim entende que a visita prevista deve ser suspensa até o CMAS receber a devolutiva.
34 Todos os conselheiros presentes concordam. Na sequência passa-se a discussão trazida em AGO pela
35 Organização Social Legião da Boa Vontade – LBV. Sr. Rodrigo esclarece o questionamento da organização
36 social na AGO, que refere-se a retomada da atividades coletivas de forma presencial. Sr. Rodrigo aponta que
37 ainda segue-se a orientação da Portaria Nº. 54/2020 do Ministério da Cidadania que orientou o trabalho da
38 Assistência Social durante a pandemia. Entende que esta discussão deveria ser trazida para esta reunião.
39 Aponta que no município segue-se a orientação federal e os decretos municipais. Aponta que o trabalho não
40 parou, mas sua amplitude foi comprometida, surgiram algumas iniciativas mas ainda muito discretas. Neste
41 momento não se consegue mencionar a retomada completa de atividades coletivas. Sendo assim, neste
42 contexto, trazer a discussão para o CMAS e para o Órgão Gestor para que se possa discutir diretrizes para
43 uma possível retomada. Sr. Leandro entende e aponta que esta discussão está afeta ao outro item da pauta
44 que refere-se a forma de discussão da atuação das organizações sociais para a revalidação junto ao CMAS.
45 Nesta questão Sr. Rodrigo sugere que deve-se usar questionamento similar ao do CENSO SUAS, onde houve
46 questões específicas para descrição das ações durante a pandemia. Entende que deve-se pensar uma forma
47 de questionar as organizações sociais sobre as medidas adotadas por estas durante a pandemia. Entende
48 ainda que cabe ao CMAS como órgão deliberativo traçar as diretrizes e trazer o posicionamento do órgão
49 gestor em relação a retomada de todos os serviços, apontando-se como se dará a retomada e de que forma
50 irá acontecer, mesmo com as normativas inalteradas. Sra. Aurora aponta que é significativo o aumento de
51 casos de COVID-19 de crianças e adolescentes, principalmente na Educação, lembra que ainda não há
52 vacinas dos trabalhadores da Assistência Social, portanto entende que é arriscado propor a retomada das
53 atividades de SCFV, por exemplo, de forma presencial. Pensa que deve-se sugerir atividades remotas para
54 aprimoramento das ações do ano passado, sugerindo se for o caso outros equipamentos de tecnologia,
55 pagamento de pacote de dados, o que facilitaria a participação dos usuários. Sr. Rayssa traz dois pontos para
56 a discussão: relata que em uma reunião de rede, para discussão sobre a transferência das crianças e
57 adolescentes do SEACOLHE-CA para outros abrigos, discutiu-se sobre a ausência de testagem e demora
58 nos resultados dos exames dos usuários, mesmo em casos suspeitos. Lembra sobre a situação da
59 Organização Social Lar Santo Expedito onde houve surto de COVID-19 e como é um desafio pensar a
60 organização do serviço no seu dia a dia para evitar aglomeração, contato de casos suspeitos. Questiona se
61 o CMAS teria como intervir e solicitar estratégias? Outro ponto que ela traz refere-se que as famílias que
62 estavam em risco eram atendidas no SCFV que poderia evitar o acolhimento, minimizando riscos, então a
63 retomada seria bom para as famílias. Fica uma angustia, pois entende que é inviável a realização de SCFV
64 neste momento, mas é necessário. Sr. Rodrigo entende que não há como pesar diretrizes sem estudo e com
65 todos os envolvidos, mas aponta que a partir que a Organização Social demandou isso ao CMAS não

66 podemos nos eximir da discussão. Informa que no período em que estava como chefia em substituição no
67 DEPROS-E foi realizada reunião com os serviços para reforçar e discutir todos os protocolos de segurança e
68 prevenção, pois os serviços de acolhimento não param, funcionam 24 horas e a qualquer momento pode
69 chegar usuários com sintomas ou assintomáticos para ser atendido. Sr. Rodrigo lembra também que no ano
70 passado o CMAS fez reunião com as organizações sociais quando houve a mudança de fase no Estado de
71 laranja para amarelo, era um momento crítico de se pensar e entende o que o CMAS estaria convocando
72 para uma retomada. Sra. Aurora aponta que falta pensar e colocar algumas medidas paliativas para tornar
73 esse acesso mais fácil. Principalmente para o público do SCFV, melhorando assim essa relação. Questiona
74 o que podemos propor? Quais alternativas? Até para não ficar se apontando só a retomada. Sr. Rodrigo
75 entende que as questões são válidas, mas a preocupação é que em um contexto como esse olhar para todas
76 as carências de outras políticas públicas com recursos da Assistência Social é temeroso. E não existe
77 previsão no FMAS para custeio de pacotes de internet por exemplo, os recursos estão comprometidos com
78 serviços socioassistenciais. Sr. Rayssa sugere que seja realizada reuniões com as organizações sociais por
79 serviço prestado, para dialogar sobre as medidas que estão sendo realizadas no contexto da pandemia. Como
80 encaminhamentos fica acertado que o Sr. Leandro irá fazer o levantamento de quantas reuniões seriam
81 necessárias para abarcar todas as organizações sociais inscritas, além de verificar o formulário do CENSO
82 que propõe questões específicas para as ações em período de pandemia. Por fim Sr. Aurora sugere que seja
83 consultado o CONSEAS sobre orientações para a retoma dos serviços socioassistenciais. Não tendo mais
84 assuntos a tratar a reunião encerrou-se as 15h20.

85
86
87
88

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo - CMAS